

9661 47M 6*

* 9 MAR 1995

4 — JORNAL DA TARDE

Economia Brasil

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
 RUY MESQUITA

Diretores
 Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
 Leão Serva
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Governar o governo

Nossos leitores podem ter estranhado quando, em nosso editorial de ontem sobre as mudanças na política econômica, dissemos que o governo Fernando Henrique Cardoso, do mesmo modo que seus antecessores nos últimos 15 anos, até agora não fez nada para pôr ordem na administração pública a fim de que as contas públicas não pressionem a inflação. Afinal, dirão, Fernando Henrique Cardoso está governando há apenas pouco mais de três meses.

Não é bem assim, porém. Formalmente, o governo Fernando Henrique Cardoso só existe de 1º de janeiro para cá. Mas, de fato, o atual presidente da República está governando, com a ajuda dos mesmos assessores econômicos, desde abril de 1993, quando assumiu o Ministério da Fazenda de Itamar Franco quase como um primeiro-ministro.

Desde então, Fernando Henrique e seus assessores estão plenamente conscientes, como consta do documento em que o governo explica as alterações na política econômica anunciadas segunda-feira, de que "o equilíbrio fiscal (tradução: o governo não gastar mais do que arrecada) é a base fundamental da estabilidade". Mas o que esse documento confessa, pela análise detalhada dos problemas existentes na área fiscal e pelas providências que anuncia, é que nada — ou muito pouco — foi feito durante esse tempo todo em que FHC está no comando efetivo da política econômica para conter a voracidade estatal.

É certo que havia muitas resistências, a começar pelas do próprio ex-presidente Itamar Franco, que era tomado de chilikues sempre que a equipe econômica tentava algum corte mais profundo nas despesas públicas e buscava acelerar as privatizações. A sugestão para o fechamento de cerca de 600 agências das instituições financeiras federais — Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Banco

da Amazônia —, por exemplo, foi feita pela primeira vez por Pedro Malan, ainda como presidente do Banco Central. A reação de Itamar, na época, levou a muitos desmentidos e ao engavetamento do assunto, o que parece que vai continuar acontecendo se depender do novo presidente do BB, Paulo César Ximenes.

Mas, apesar dessas resistências, muita coisa poderia ter sido feita. O documento divulgado na segunda-feira é a maior prova disso: a série de medidas que o governo enuncia para reduzir as despesas estatais é simples, óbvia e só depende de coragem e competência para ser colocada em prática, com resultados positivos quase que imediatos. Só a providência de transferir o pagamento do funcionalismo público para o quinto dia útil do mês seguinte ao mês trabalhado, sem permitir pagamentos antecipados e integrais, possibilitará ao governo reduzir o seu déficit, este ano, em cerca de R\$ 2,5 bilhões. A melhor prova de que atacar os problemas depende só da vontade do governo está nos três decretos e na medida provisória editados ontem já adotando providências de austeridade nos gastos públicos anunciados segunda-feira.

E é este o caminho que o presidente e seus assessores têm que seguir daqui para a frente. Já é evidente que a reforma constitucional — principalmente nos sistemas tributário e previdenciário —, na qual Fernando Henrique e seus assessores econômicos têm apostado suas maiores fichas, não será aprovada tão rapidamente quanto se imaginava e só renderá frutos a longo prazo. O governo FHC tem que concentrar todo o seu esforço, agora, em governar o governo, com muita coragem e sem ceder a pressões políticas e corporativas do tipo das que levaram Paulo César Ximenes a recuar na sua disposição de enxugar o Banco do Brasil.